

**Dossiê: “Entre drogas e medicamentos a Cannabis na discussão entre saúde e segurança pública na América Latina”**

## O Direito, as Ciências e as Plantas: uma análise bibliométrica dos estudos sobre a cannabis

Pablo Emanuel Romero Almada

Núcleo de Estudos da Violência - Universidade de São Paulo

[pabloera@gmail.com](mailto:pabloera@gmail.com)

[https://orcid.org/0000-0002-3729-8360.](https://orcid.org/0000-0002-3729-8360)

Lucas Flôres Vasques

Universidade Estadual Paulista

[lucas.vasques@unesp.br](mailto:lucas.vasques@unesp.br)

<https://orcid.org/0000-0003-1124-8506>

Danielle Barreto Lima

Universidade Estadual Paulista

[danielle.b.lima@unesp.br](mailto:danielle.b.lima@unesp.br)

<https://orcid.org/0000-0002-9470-3780>

Júlia Araújo Carvalho

Universidade Estadual Paulista

[julia.araujo@unesp.br](mailto:julia.araujo@unesp.br)

<https://orcid.org/0000-0002-6483-1044>

## RESUMO

O estudo aborda a relação entre a legislação sobre cannabis e os debates na área de Ciências Sociais e Sociologia, destacando como o tema caminha para uma interdisciplinaridade. Objetiva-se analisar como a discussão científica sobre a cannabis se correlaciona com os aspectos legais, elucidando as dinâmicas que moldam a compreensão social da planta e compreender como a literatura científica reflete e contribui para o debate sobre a sua regulamentação no Brasil. Utilizou-se a análise bibliométrica para examinar o

corpus sociológico sobre a cannabis, coletando dados de publicações nacionais e internacionais. A metodologia incluiu a identificação das linhas disciplinares predominantes e a comparação entre as abordagens brasileira e estrangeira. Os achados revelam uma predominância de estudos focados em saúde pública no Brasil, contrastando com uma diversidade temática em pesquisas estrangeiras que incluem aspectos legais e socioculturais.

**Palavras-chave:** Sociologia do Conhecimento; Cannabis; Usos Sociais; Saúde Pública; Análise Bibliométrica.

## Law, Sciences, and Plants: a bibliometric analysis of studies on cannabis

### ABSTRACT

The study explores the intricate relationship between cannabis legislation, debates in Social Sciences and Sociology, emphasizing the move towards interdisciplinarity. It aims to analyze how scientific discussion on cannabis correlates with legal aspects and elucidate the dynamics shaping social understanding of the plant. This research seeks to understand how scientific literature reflects on and contributes to the debate on cannabis regulation in the Brazilian context. Bibliometric analysis was used to examine the sociological corpus on cannabis, gathering data from national and international publications. The methodology included identifying predominant disciplinary lines and comparing Brazilian and foreign approaches. Findings indicate a dominance of public health-focused studies in Brazil, in contrast to the thematic diversity in foreign research, which includes legal and sociocultural aspects.

**Keywords:** Sociology of Knowledge; Cannabis; Social Uses; Public Health; Bibliometric Analysis.

### Derecho, Ciencias y Plantas: un análisis bibliométrico de los estudios sobre cannabis

### RESUMEN

El estudio aborda la compleja relación entre la legislación sobre el cannabis, los debates en el área de Ciencias Sociales y Sociología, destacando cómo el tema avanza hacia la interdisciplinariedad. Se pretende analizar cómo la discusión científica sobre el cannabis se correlaciona con los aspectos legales, elucidar las dinámicas que moldean la comprensión social de la planta y entender cómo la literatura científica refleja y contribuye al debate sobre su regulación en Brasil. Se utilizó el análisis bibliométrico para examinar el corpus sociológico sobre el cannabis, recopilando datos de publicaciones nacionales e internacionales. La metodología incluyó la identificación de las líneas disciplinarias predominantes y la comparación entre los enfoques brasileños y extranjeros. Los hallazgos revelan una predominancia de estudios enfocados en salud pública en Brasil, en contraste con una diversidad temática en investigaciones extranjeras, que incluyen aspectos legales y socioculturales.

**Palabras clave:** Sociología del Conocimiento; Cannabis; Usos Sociales; Salud Pública; Análisis Bibliométrico.

## Introdução

A atualidade da discussão sobre a desriminalização da cannabis no Brasil se deve a uma série de fatores culturais, medicinais e políticos. Destacamos o aumento da aceitação social da planta na sociedade em geral e entre o público jovem, as evidências científicas sobre seus benefícios para a saúde, como o alívio de dores crônicas e de sintomas de doenças psiquiátricas, e a constatação de que sua proibição não tem produzido efeitos significativos para a redução do consumo. Diversas sociedades são marcadas pela presença das plantas, em suas mais variadas aplicações, englobando desde os usos destinados à alimentação e à condimentação até a medicina, a magia e as liturgias, podendo uma planta ser utilizada em mais de um uso social.

Neste artigo, interessa observar as plantas cujos usos se enquadram simultaneamente nas categorias de medicina, magia e liturgia. São as chamadas “plantas de poder” ou ainda “plantas mestras”, ou seja, plantas holísticas, caracterizadas por suas propriedades psicoativas, classificando-se como enteógenos, capazes de induzir estados alterados de consciência e êxtase (Labate; Goulart, 2005). Dentre as plantas de poder mais controversas, tem-se a cannabis ou maconha (*Cannabis sativa*, *Cannabis indica*, *Cannabis ruderalis*), planta que estará no centro do debate aqui proposto. Sobre ela, importa dizer que, inicialmente, sua utilização se dava em rituais de diversos grupos religiosos (Araújo; Vieiralves-Castro, 2007) e no uso têxtil em geral.

Nas últimas décadas tem sido recorrente a realização de pesquisas científicas em diversas áreas sobre o tema, destacando as consequências advindas da proibição, da legalização e das legislações sobre seu uso medicinal e recreativo. Pesquisas indicam que a legalização pode alterar significativamente padrões de consumo, incidência de transtornos associados ao uso de cannabis e o consumo de outras substâncias (Smart; Pacula, 2019). Nos Estados Unidos, onde diferentes estados adotaram legislações próprias sobre a legalização da cannabis, observou-se, por exemplo, um aumento no consumo ilícito entre adultos (Hasin *et al.*, 2017), sendo que outros estudos apontam para a influência da

legalização no comportamento de adultos com filhos, alterando a dinâmica de uso dentro dos lares (Goodwin *et al.*, 2021). Adicionalmente, a criminalização da cannabis é criticada por seus efeitos desproporcionais sobre comunidades específicas, exemplificada pelo impacto na população indígena da Nova Zelândia (Brown, 2022). Tais achados sublinham a necessidade de uma análise cuidadosa dos efeitos multifacetados da descriminalização da cannabis, englobando saúde pública, comportamento de consumo e equidade social.

No Brasil, pesquisas concernentes à cannabis englobam temas de interesse para as Ciências Sociais e outras áreas, revelando um potencial de pesquisa interdisciplinar. Entre elas, destacamos a percepção dos profissionais de saúde mental acerca da cannabis, revelando atitudes e conhecimentos prevalentes nesse meio (Melo; Cardoso; Malbergier, 2018) e o debate presente nas audiências públicas da Câmara dos Deputados brasileira sobre a progressão do debate de regulação da substância para propósitos terapêuticos e comerciais (Rezende; Fraga; Sol, 2022). Ainda, outros estudos revelam a dimensão geográfica da cannabis (Santos; Rosas, 2021) e os tabus morais, conflitos éticos e desafios legais vinculados ao seu uso medicinal (Apolinário; Marcelino; Nascimento; Nascimento, 2022). Alternativamente, o debate sobre a proibição da cannabis no Brasil também engloba uma abordagem reflexiva quanto aos aspectos históricos, éticos e legais pertinentes à sua descriminalização (Souza; Moraes, 2018), bem como os entraves burocrático-legais para a importação dos medicamentos e da planta (Gregório; Mascarenhas, 2022).

O enfoque sociológico, por sua vez, destaca as representações sociais sobre o uso de cannabis entre jovens, refletindo a importância das significações diversas atribuídas ao consumo da cannabis em diferentes contextos e situações sociais (Dias; Palata; Vecchia, 2020). Além disso, é importante compreender que a forma como são construídas as representações sociais da cannabis em matérias jornalísticas fornecem percepções veiculadas pela mídia sobre os danos e benefícios associados ao consumo da substância (Sousa; Santos; Aléssio, 2018), o que influencia sobremaneira a opinião pública. A cannabis medicinal também tem sido objeto de estudo, com enfoque na construção médica-jurídica

da planta, sobressaindo a necessidade de compreender o uso medicinal como uma construção social nos discursos médico-jurídicos (Policarpo; Martins, 2019). Além disso, outros estudos também abordam a validação de inventários de expectativas de resultados em usuários da cannabis, evidenciando a importância do conhecimento das expectativas relacionadas ao consumo da substância (Ieda, 2019). A relação entre o uso da planta e as questões sociais também tem sido investigada, compreendendo como os seus usos medicinais, no Brasil e no Chile, suscitaram mobilizações sociais e a produção de conhecimento nesse contexto (Barbosa, 2022; 2023). Por fim, as consequências e malefícios do uso da planta também são abordados, revelando a importância de compreender os impactos sociais associados ao consumo da substância (Vanjura; Fernandes; Pontes; Santos; Terra Júnior, 2018). Em suma, tais pesquisas oferecem perspectivas abrangentes sobre as questões sociais, políticas e de saúde pública atreladas à cannabis no cenário brasileiro, contribuindo significativamente para a compreensão dessas temáticas no âmbito das ciências sociais e da sociologia.

Contudo, seguindo uma linha referente à regulamentação legal e de um quadro legislativo específico, a utilização dessas plantas permanece em uma zona de ambiguidade jurídica, marcada pela falta de um debate substancial por parte dos formuladores de políticas públicas. Nesse entorno, o aprofundamento do debate entre a legislação brasileira e a ciência pode evidenciar outras formas de funcionamento do arcabouço normativo, como também promover uma maior integração com os estudos científicos. É importante observar que os estudos sobre a cannabis se encontram em regiões transfronteiriças das ciências, embora o debate jurídico ganhe maior proporção, especialmente em torno da questão dos direitos fundamentais.

Devido a atualidade do tema, a complexidade envolta no uso das substâncias, a regulamentação e a fronteira científica em que o assunto se posiciona, estabeleceremos, na cannabis e em seus usos, a centralidade do debate nesse estudo. Nesse contexto, este artigo será composto de duas partes. A primeira discutirá a questão atinente à legislação sobre o uso e a posição do Estado no que se refere à regulamentação da cannabis. A segunda parte,

partindo de uma revisão bibliográfica, analisa as perspectivas da cannabis no Brasil. Esta mesma seção detalha os métodos utilizados, apresentando e discutindo os resultados da pesquisa.

## História da normatização da cannabis no Brasil

A cannabis, conhecida por uma diversidade de nomes populares — como “maconha”, “ganja”, “liamba”, “*marijuana*”, “cânhamo”, “diamba”, “erva maldita”, “erva do diabo”, “erva”, “beck”, “manga rosa” e “marafa” — é amplamente conhecida no Brasil, país onde a planta não é nativa. Sua introdução data do Período Colonial, usada não só nas velas como também no cordame das embarcações portuguesas, apesar de registros oficiais apontarem sua introdução principalmente pelos negros escravizados (Carlini, 2006). A Coroa Portuguesa, por um período, incentivou sua produção devido ao interesse na fibra e nos potenciais medicinais da planta. Estudos históricos indicam que os escravizados começaram a usar a erva para fins não medicinais, prática que se espalhou entre os povos originários do Brasil. No terceiro quartel do século XIX, a divulgação de seus efeitos enteógenos levou à regulamentação de seu uso sob uma ótica política. No século XX, durante o Governo Vargas, iniciou-se um movimento de repressão ao uso da planta, refletindo nos debates atuais e na direção predominante das pesquisas científicas.

No arcabouço normativo nacional, o processo de criminalização da cannabis não se iniciou apenas com a Lei n. 6.368/1976, mas remonta a legislações anteriores, inclusive locais, que já apontavam restrições ao seu uso desde o século XIX, muitas vezes associadas a estigmas raciais e sociais (Barros; Peres, 2011). A década de 1930 marca um período em que normas federais começaram a estruturar uma política mais ampla de controle de entorpecentes, fortemente influenciada por convenções internacionais. A Lei n. 6.368/1976 aprofundou esse quadro, proibindo o uso e o porte da substância e estabelecendo penas de detenção (Brasil, 1976). Mais recentemente, a Lei n. 11.343/2006, conhecida como Lei de Drogas, reforçou a proibição de práticas como plantio, cultivo,

produção e comercialização, embora tenha flexibilizado a pena em casos de uso pessoal, conforme interpretação posterior da Anvisa e do Poder Judiciário (Brasil, 2006). Adicionalmente, destacam-se iniciativas legislativas em trâmite no Congresso Nacional, como o Projeto de Lei n. 399/2015, que visam regulamentar o uso medicinal da cannabis no Brasil.

Ademais, o Projeto de Lei n. 399/2015, que visa alterar a Lei de Drogas (Lei n. 11.343/2006), tem buscado viabilizar a comercialização de medicamentos com formulações à base de cannabis no Brasil (Câmara dos Deputados, 2015). Trata-se de um marco na tentativa de regulamentar o uso medicinal da substância. Ressalta-se, no entanto, que além do Poder Legislativo, o tema também mobiliza o Poder Judiciário. Em junho de 2024, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário n. 635659, estabelecendo que o porte de cannabis para uso pessoal deixa de ser considerado crime, passando a ser classificado como infração administrativa. A decisão, com efeito vinculante, foi tomada por 8 votos a 3 e estabelece critérios objetivos: a posse de até 40 gramas de cannabis ou o cultivo de até seis plantas fêmeas caracteriza uso pessoal. Embora o porte continue proibido, não há mais sanção penal, mas sim a possibilidade de advertência, medidas educativas ou apreensão da substância (Supremo Tribunal Federal, 2024). A decisão tem aplicação retroativa e se limita à cannabis, não se estendendo a outras substâncias ilícitas.

No âmbito regulatório, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) tem desempenhado papel central — e autônomo — na normatização do uso medicinal da cannabis no Brasil. A Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) n. 17/2015 autorizou, em caráter excepcional, a importação de medicamentos à base de canabidiol (CBD), mediante prescrição médica, decisão que foi ampliada e modificada por outras resoluções durante os anos. Posteriormente, a RDC n. 327/2019 estabeleceu os critérios para o registro, a importação e a comercialização de produtos derivados de Cannabis sativa, sem, no entanto, autorizar o cultivo nacional da planta. Este segue vedado pela legislação vigente,

e a matéria-prima deve ser importada, o que limita o desenvolvimento da cadeia produtiva nacional.

Em 2022, a RDC n. 660 ampliou o escopo das indicações terapêuticas e simplificou procedimentos de registro e importação, representando um avanço na política de acesso. Essas normas foram produzidas em meio a intensas controvérsias políticas e científicas, envolvendo disputas entre agências reguladoras, setores médicos, associações de pacientes e representantes do Estado. Trabalhos como os de Hellen Caetano (2023a; 2023b) e Rodrigues, Lopes e Mourão (2020) evidenciam como esses conflitos se expressam nos parâmetros técnico-discursivos da regulação, especialmente em torno das noções de eficácia, risco e legitimidade científica.

Embora ainda restritiva, a regulação da cannabis no Brasil reflete a complexidade das interações entre direito e ciência, destacando o vasto campo de elaboração de pesquisas científicas futuras, bem como suas implicações sociais. Nesse contexto, as Ciências Sociais e a Sociologia, ao explorar os usos sociais e medicinais da cannabis, desafiam perspectivas estigmatizadas e podem contribuir para uma legislação que se adeque melhor aos ditames atuais da sociedade brasileira. Contudo, é um campo que se posiciona na fronteira do conhecimento, exigindo novos desafios metodológicos, sobretudo que permita observar tendências, lacunas de pesquisa e o desenvolvimento do diálogo entre ciência e direito. O debate pautado por evidências científicas e por uma avaliação cuidadosa dos riscos e benefícios da planta implica uma postura mais flexível do Estado brasileiro nessa matéria, necessária para garantir o acesso a tratamentos médicos eficazes e para reduzir o estigma social associado à substância.

## Metodologia de pesquisa

A análise bibliométrica foi recentemente incorporada às Ciências Sociais, embora as primeiras discussões datem da década de 1950 (Wallin, 2005). O aumento da popularidade desse método, de 170 artigos publicados em 2005 para 1950 em 2020

(Donthu; Kumar; Mukherjee; Pandey; Lim, 2021) deve-se ao avanço da disponibilidade de softwares bibliométricos, tais como *Gephi*, *Leximancer* e *VOSviewer*. Ademais, destacamos também como fator de ampliação e divulgação a presença de catálogos de indexadores científicos, com acesso aberto e que são administrados por entidades públicas ou não governamentais, tais como DOAJ, LILACS, SciELO e PubMED. A popularização de indexadores de acesso restrito, administrados por empresas privadas, como *Web of Science* (Clarivate Analytics) e Scopus (Elsevier), também tem sido um diferencial para a disseminação do conhecimento científico.

Contudo, os indexadores são bases de dados estruturados que realizam a catalogação de artigos científicos, livros, entrevistas e resenhas. Essa catalogação obedece a critérios específicos de qualidade científica, elaborados por especialistas que realizam a administração desses bancos de dados (Santos, 2017). Dentre os indicadores, destaca-se parâmetros específicos que mensuram o impacto da produção científica, como o Índice-h<sup>1</sup>.

A análise bibliométrica é um método para explorar, organizar e codificar grandes quantidades de dados científicos. Esse método tem sido utilizado para analisar quantitativamente tendências em conjunto de artigos. Por meio dela, é possível uma mensuração que representa a contribuição do conhecimento científico de publicações das mais diferentes áreas do conhecimento. Tais dados representam tendências temáticas e também fornecem dados sobre o caráter individual e coletivo das pesquisas, bem como redes de citação e cocitação, tanto entre autores(as) quanto de obras.

No desenvolvimento e popularização da análise bibliométrica, as Ciências Sociais têm desenvolvido uma Sociologia do Conhecimento do campo científico, mensurando e analisando as produções bibliográficas sobre as mais diversas temáticas, tais como análise do discurso (Bastos; Oliveira, 2018), mudanças climáticas (Salmi; Fleury, 2022), plantas ornamentais (Vasques; Souza, 2023), inovação (Mukendi *et al.*, 2017), mercados (Jardim;

<sup>1</sup> Construído por Jorge Hirsch em 2005, o índice-h de um pesquisador é realizado como o número de artigos de um pesquisador (H), dividido pelo número de citações de todas essas publicações. Assim, obtém-se uma média de citações por artigo.

Vasques, 2019), periódicos científicos (Codato; Lorencetti; Bittencourt, 2021), redes sociais (Almada; Pereira, 2022). Para contribuir com essa tendência, incluindo uma sistematização da produção bibliográfica sobre a cannabis, utilizamos o *software VOSViewer*, desenvolvido pela *Leiden University*, que nos permitiu construir e visualizar as redes bibliométricas.

Como fonte de dados empíricos, utilizamos os indexadores SciELO e *Web of Science*. Primeiro, no SciELO, realizamos uma consulta sobre a produção bibliográfica sobre a cannabis no Brasil, destacando todas as áreas e, posteriormente, objetivando como a sociologia se comporta nesse quadro bibliográfico:

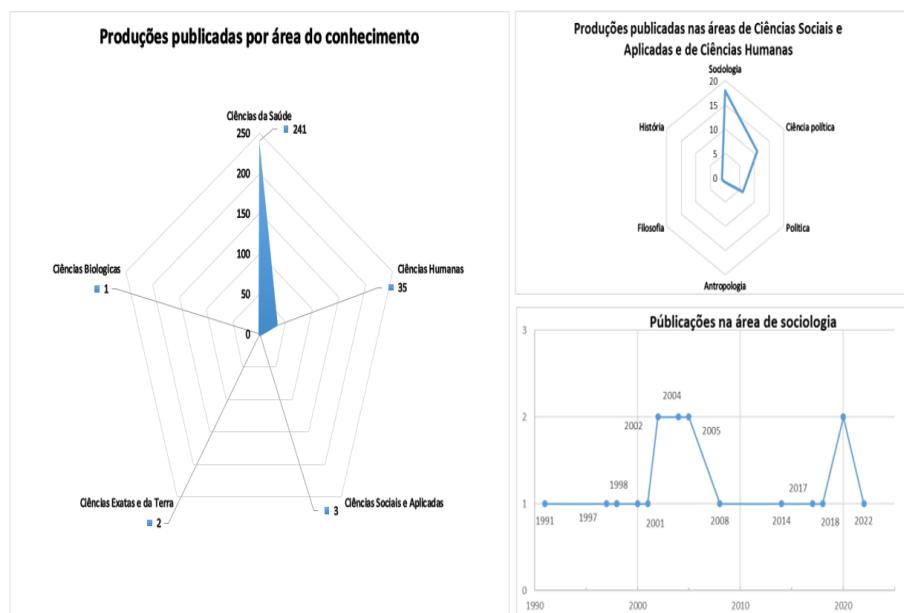


Figura 1 – Cannabis: Produção científica por área do conhecimento. Fonte: Scielo e Web of Science, elaborada pelos(as) autores(as), 2025.

A consulta foi realizada a partir do termo “maconha” em resumos e títulos de artigos científicos. A amostragem obtida foi de 274 trabalhos. Posteriormente, realizamos um filtro desses artigos e encontramos 18 deles em Sociologia. Já na *Web of Science*, consultamos o termo “cannabis”, filtrando com a área temática da sociologia e obtivemos 134 artigos distribuídos entre 1989 e 2023. As diferenças na extração dos dados no SciELO e *Web of Science* refletem os objetivos da pesquisa. Nosso foco é analisar a

produção brasileira sobre cannabis, tendo como comparativo ou “controle” os dados coletados na produção internacional do *Web of Science*.

No *IRAMUTEQ*, realizamos o input dos resumos dos 18 artigos do SciELO sobre “maconha” em Sociologia. Isso resultou em uma classificação hierárquica descendente distribuída em um plano cartesiano, com os principais *clusters* de palavras (adjetivos, nomes, formas não reconhecidas e verbos), por aproximação e repulsão, mobilizadas nesses artigos. Com essa análise, obtivemos a construção de seis *clusters* representativos dessa amostra. A síntese dos resultados da pesquisa, portanto, foi construída procurando observar a organização dos *clusters* em detrimento de nossa revisão bibliográfica sobre o tema.

A partir disso, utilizamos o *VOSViewer* para obter o quadro geral dessa amostragem. O input dos dados permitiu a elaboração de uma rede de correspondência de palavras-chave dos artigos, mensurando as temáticas gerais e sua distribuição no mapa de redes, por meio de critérios de repulsão e aproximação. Tal análise motivou nossa incursão aos estudos sobre cannabis em sociologia no Brasil, para verificar em que medida existiria uma correspondência ou não com as temáticas mobilizadas internacionalmente no *Web of Science*.

Feito esse input dos artigos coletados no *VOSViewer*, prosseguimos com a análise qualitativa por meio da revisão da literatura sobre o tema, com o tratamento desses dados nos softwares *IRAMUTEQ* (Souza; Wall; Thuler; Lowen; Peres, 2018) e *MAXQDA* (Kuckartz; Rädiker, 2019). No *MAXQDA*, realizamos o input dos artigos de sociologia em português coletados na base de dados do SciELO. Desse modo, realizamos uma codificação em memorandos de modo a confirmar que os artigos abordam a temática em perspectiva sociológica. Utilizamos a ferramenta de autocodificação do *MAXQDA*, identificando as frases ao entorno da palavra “maconha”, o que resultou em 316 frases codificadas em 18 artigos, construindo um banco de dados que serviu como controle para análise dos resultados. Essa análise resultou em uma representação de nuvem das palavras mais mobilizadas por esses artigos.

## Resultados

### *A cannabis na produção científica brasileira*

Na construção do banco de dados sobre a cannabis, obtivemos 18 artigos indexados na SciELO e analisamos a frequência das palavras “droga” (52 ocorrências) e “consumo” (32 ocorrências). Essa distribuição indica que, no corpus selecionado, a temática da cannabis tende a ser tratada majoritariamente a partir de uma concepção ligada ao campo da saúde pública e à política antidrogas, com pouca atenção aos seus usos sociais, culturais e terapêuticos.

Esse resultado dialoga, de forma complementar, com o trabalho de Caetano (2023a), que analisou controvérsias públicas em torno da regulação da cannabis medicinal no Brasil entre 2014 e 2019. A autora evidencia como distintos atores — incluindo Anvisa, médicos, pacientes e familiares — mobilizam discursos sobre eficácia, segurança e risco para sustentar posições divergentes sobre o uso terapêutico da planta. Embora seu foco esteja centrado em disputas institucionais no campo da medicina e da regulação sanitária, seu estudo também revela como certos entendimentos sobre a cannabis como uma “droga perigosa” persistem, mesmo diante da sua crescente legitimação terapêutica. Assim, enquanto Caetano (2023a) aponta tensões entre rationalidades técnicas e morais nos processos de regulamentação, nossos dados sugerem que a produção científica analisada nas Ciências Sociais tende a reproduzir uma concepção naturalizada da cannabis como substância ilícita ou “droga”.

Além disso, destacamos o aparecimento da palavra “maconha”, associada a outras drogas, tanto lícitas quanto ilícitas, tais como “álcool” (31F), “cocaina” (21F), “tabaco” (17F), “crack” (7F). Com isso, observamos um caráter comparativo nesses estudos, associando os usos de substâncias psicoativas em uma trajetória linear e escalonável. Destacamos também que o objeto preferencial desses estudos seriam “jovens” (7F), “estudantes” (21F), dentro do ambiente da “escola”. Desse modo, tais estudos estariam interessados em capturar um público-alvo específico, que seria identificado como usuário

da cannabis. A seguir, podemos observar a nuvem de palavras representativa dessa amostra:



Figura 2 – Nuvem das 50 palavras mais utilizadas nos artigos. Fonte: Elaborada pelos(as) autores(as), 2025.

Ao analisar os resumos desses artigos, elaboramos uma classificação hierárquica descendente (CHD) que explicitou os *clusters* por aproximação e repulsão. Essa classificação quantifica os segmentos, dada a distribuição das palavras nas frases. Isso permitiu visualizar os segmentos associados a cada *cluster* (classe) e sua distribuição no plano cartesiano:

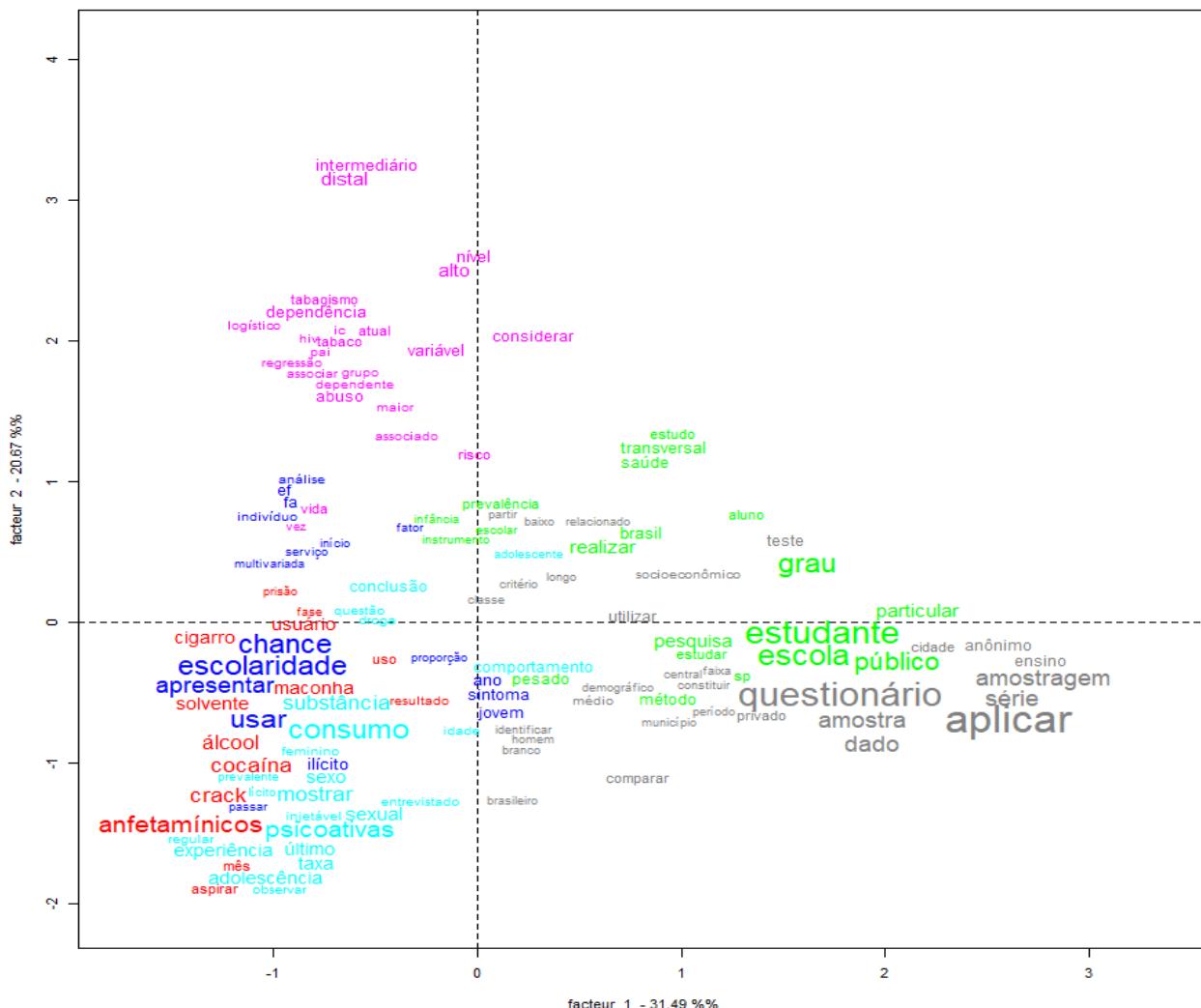


Figura 3 – Classificação Hierárquica Descendente (CHD). Fonte: Elaborada pelos(as) autores(as), 2025.

A análise identificou seis *clusters* (classes) que demonstraram a associação de segmentos textuais nos artigos coletados. Tais *clusters* foram construídos a partir da proximidade, no quadrante inferior esquerdo, das cores azul, turquesa e vermelho. Este quadrante destaca os termos “escolaridade”, “idade” e “jovem”, os quais são considerados fatores condicionantes para o “consumo” classificado como “alto”, “intermediário” ou “variável” de drogas. Essas associações não se limitam ao uso de cannabis, mas também abrangem substâncias como “anfetamina”, “crack” e “álcool”. Desse modo, o primeiro quadrante estabelece as variáveis que condicionam o uso da cannabis, especialmente

escolaridade e idade. Além disso, evidencia-se que o “consumo” de cannabis também aparece associado ao uso de outras drogas, tanto lícitas quanto ilícitas.

Na aplicação da ferramenta de autocodificação no *software MAXQDA*, nos artigos coletados no SciELO, buscamos a relação da palavra “maconha” e/ou “álcool” e/ou “crack” e/ou “cocaína”. Com isso, obtivemos, primeiro, nas relações entre cannabis e cocaína, 317 frases codificadas em 15 artigos. Posteriormente, nas relações entre “maconha” e “álcool”, foi possível encontrar 88 frases codificadas em 7 artigos. Por fim, entre cannabis e crack, encontramos 213 frases codificadas em 10 artigos.

No segundo quadrante inferior direito da CHD, podemos observar o perfil social do “usuário” da cannabis na cor verde. Os artigos relacionados a esse *cluster* destacam o ambiente escolar e a relação com a cidade, em especial o município de São Paulo, como objeto de suas análises. Assim, o estudante consumidor de cannabis de São Paulo seria o objeto próprio de uma sociologia construída sobre a representação social e os seus significados.

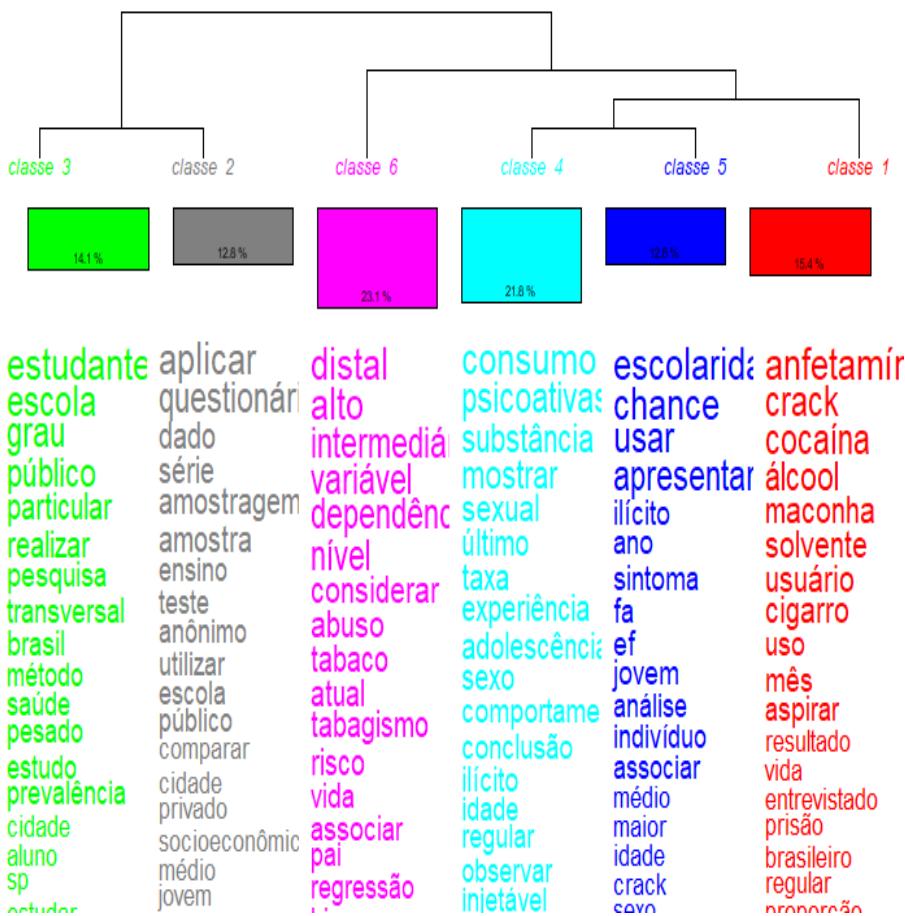


Figura 4 – Gráfico: Dendograma de clusters. Fonte: Elaborada pelos(as) autores(as), 2025.

Além disso, esse mesmo quadrante, inferior e direito, também estabelece as ferramentas científicas para responder seus objetivos. Destacamos a aplicação de questionários para construção de uma “amostragem”. Há também utilização de testes ou questionários que são aplicados para coletar informações anônimas. Tais artigos, relacionados a esse *cluster*, estariam interessados em construir o perfil socioeconômico do consumidor de cannabis.

O terceiro e último *cluster*, estabelecido pela cor rosa, situado no quadrante superior direito, relacionaria um conjunto de produções bibliográficas interessadas em mensurar possíveis níveis universais sobre o consumo de drogas. Para isso, utiliza-se de níveis como “distal”, “intermediário”, “proximal” e “desfecho” que versavam sobre uma história linear do usuário de drogas, sobretudo quanto ao indivíduo encarcerado. Assim, destacamos a

síntese presente no estudo de Márcia Carvalho, Joaquim Valente, Simone Assis e Ana Glória Vasconcelos (2005, p. 826).

Nível	Descrição
<b>Distal</b>	Situações de vulnerabilidade social: história de envolvimento de familiares com drogas, prisão entre os familiares, visitou alguém na prisão, escolaridade, história de infração durante infância/juventude, gênero.
<b>Intermediário</b>	Uso de álcool e maconha antes da prisão, entrada na criminalidade e no mercado ilícito das drogas: cometimento de delito sob efeito de drogas ou para obter drogas, história de doenças sexualmente transmissíveis antes da prisão, passagem pelo sistema penitenciário, idade ao entrar na prisão, tempo de condenação e condenação no tráfico de drogas.
<b>Proximal</b>	Tempo de prisão, uso de álcool e maconha na prisão.
<b>Desfecho</b>	Uso de cocaína na prisão.

Tabela 1: Modelo teórico conceitual para explicação do uso de cocaína na prisão. Fonte: Carvalho, Valente, Assis e Vasconcelos (2005, p. 826).

### *A cannabis na produção científica internacional (Web of Science)*

Com o banco de dados da *Web of Science*, filtramos o termo “cannabis” na área temática de sociologia. Isso resultou em 134 artigos. Esses artigos tiveram seu input no software *VOSViewer* que possibilitou a formação de uma rede entre as palavras-chave (nós) mobilizadas.

Além da cor ser um sinal distintivo dessa rede, destacamos também que essa escala de cada palavra-chave (nó) é também uma característica explicitada pelo grau de relações de saída e entrada de cada termo. Ou seja, quanto maior o nó, maior é a sua interrelação com outras palavras-chave, alcançando relevância quantitativa na amostra analisada.

Nessa análise do *Web of Science* sobre a palavra “cannabis” filtrada em artigos de sociologia, obtivemos cinco *clusters* caracterizados pelas cores vermelho, amarelo, azul, verde e roxo. No *cluster* vermelho, podemos observar artigos que tratam a cannabis sobre a perspectiva da descriminalização e legalização, bem como os seus usos médicos. Esses

artigos consideram, além disso, a problemática do estigma e da ação policial perante os usuários de cannabis. Trata-se, portanto, de um *cluster* que versa sobre as questões legais da cannabis.

Já o *cluster* azul também versa sobre a descriminalização e legalização da cannabis em uma perspectiva sociológica. Diferentemente do vermelho, considera as questões de possíveis riscos a jovens. Além disso, trata-se de um *cluster* que enfatiza a discussão da cannabis no Canadá, percebendo que o *cluster* vermelho não localiza essa discussão em termos espaciais.

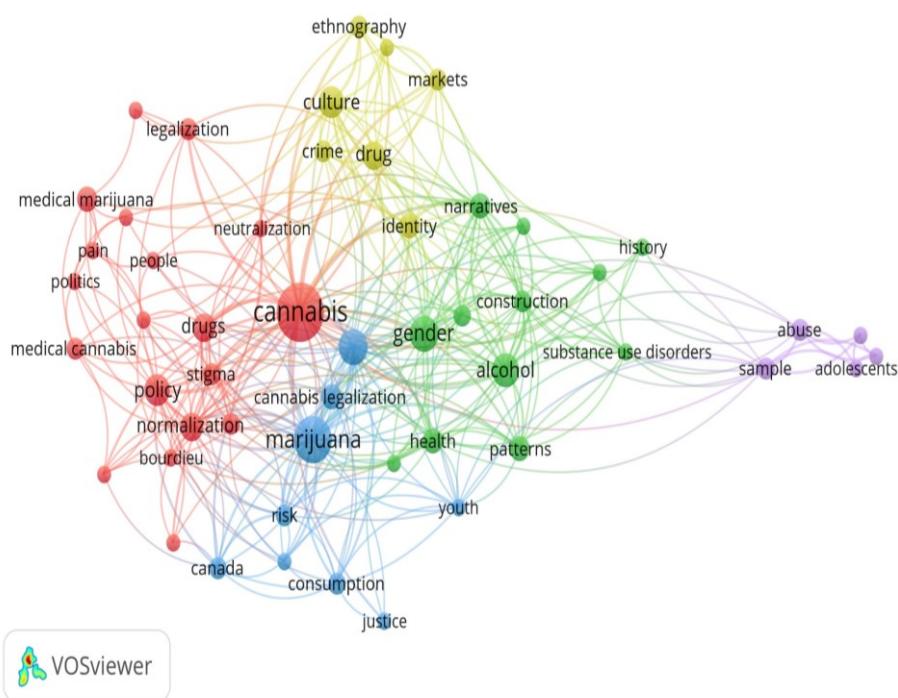


Figura 5 – Gráfico: Análise de redes de ocorrência de palavras-chave. Fonte: Acervo do autor. Elaborada pelos(as) autores(as), 2025.

Interpretando o *cluster* amarelo, podemos perceber palavras vinculadas ao léxico sociológico, tais como cultura, etnografia, mercados, identidades, temas clássicos da sociologia, que são incorporados aos estudos sobre cannabis. Esse *cluster* também destaca a palavra “crime” como um interesse dos estudos que versam sobre a temática da cannabis. O *cluster* verde destaca outras características específicas desses estudos sobre a cannabis. Eles também consideram o gênero, a saúde, o álcool e a história, como padrões que

influenciam no uso da cannabis. Por fim, o *cluster* roxo pontua que a amostra ou o público desses estudos são adolescentes que seriam consumidores ou usuários da cannabis.

Após essa interpretação das palavras-chave distribuídas em cinco *clusters*, podemos observar sua distribuição temporal, a qual demonstra a evolução ou involução de uma determinada palavra-chave em relação ao tempo. Para isso, utilizamos uma linha de contraste que passa por azul, turquesa, verde e amarelo. Assim, as palavras-chave vinculadas a cor azul estariam situadas temporalmente no ano de 2010 e as amarelas em 2020. Já as demais cores, turquesa e verde, estariam no intermédio dessas datas.

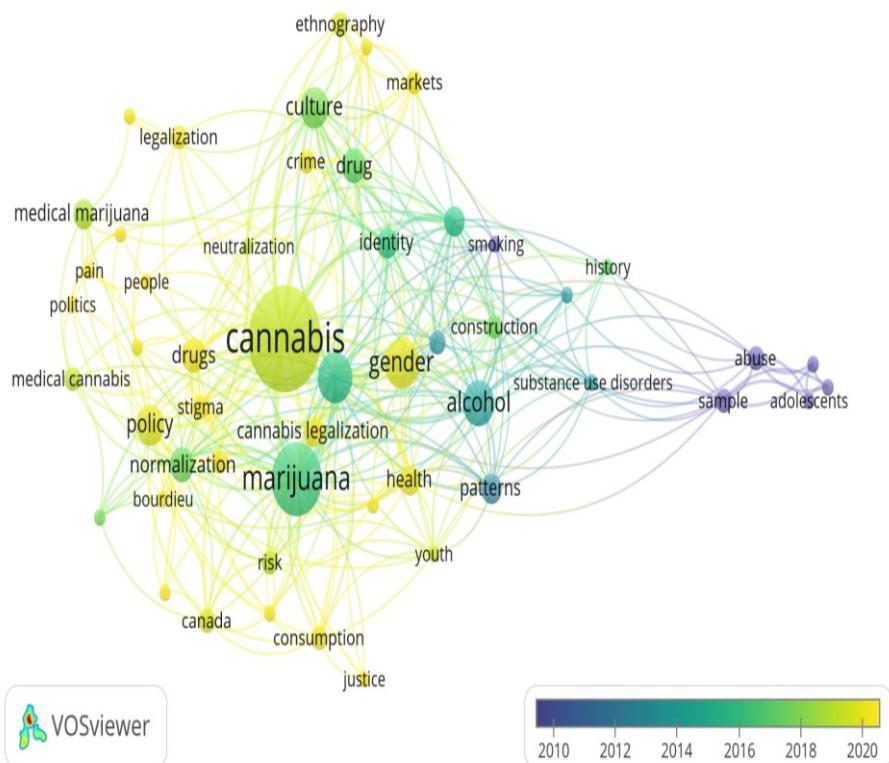


Figura 5 – Gráfico: Análise de redes de ocorrência de palavras-chave em relação ao tempo. Fonte: Elaborada pelos(as) autores(as), 2025.

A análise temporal das redes revela que as discussões acerca da legislação e legalização da cannabis, no campo da Sociologia e registradas no *Web of Science*, são fenômenos recentes, emergindo primariamente em 2020, com referências iniciais datando de 2018. Esta novidade tem substituído o foco dos estudos anteriores sobre o álcool e o

tabagismo entre adolescentes, os quais eram considerados fatores influentes no consumo de cannabis. O termo “adolescente”, prevalente no início do corpus analisado, tem sido progressivamente substituído por “pessoal” ou “consumidor”, conforme se observa nos trabalhos subsequentes a 2018.

A análise de artigos internacionais sobre a cannabis na área de sociologia, através de seus cinco *clusters*, destaca diferentes facetas do debate. Aqui há a presença desde questões legais e médicas até aspectos socioculturais, riscos para jovens e a influência de fatores como gênero, saúde, álcool e história no uso da cannabis. Além disso, a análise temporal indica uma evolução nas discussões, com um foco crescente na legislação e legalização da cannabis a partir de 2018, substituindo debates anteriores centrados no álcool e no tabagismo entre adolescentes. Os caminhos aqui apontados exploram novos desdobramentos científicos e perspectivas interdisciplinares, as quais colaboram com o avanço de elementos sociológicos para o debate, tais como suas relações culturais e políticas, em torno de debates jurídicos que estão sendo feitos em diversos países.

## **A Sociologia do Conhecimento sobre a cannabis no Brasil**

Os estudos em sociologia sobre cannabis no Brasil, explicitados por nós, por meio de análise bibliométrica do SciELO, revelam um foco em questões relacionadas à saúde pública. Essas características são diferentes dos estudos internacionais em sociologia verificados no *Web of Science*, que enfatizam uma análise sobre temas mais amplos, incluindo a legislação e as questões acerca da legalização ou interdição da planta. Um dado que reforça essa característica dos estudos nacionais em Sociologia sobre a temática “maconha” é que, dos 18 artigos coletados por nós no SciELO, 16 foram publicados na Revista de Saúde Pública, 1 na Revista Movimento e 1 na Revista Dilemas. Essa concentração na Revista de Saúde Pública demonstra que o debate sociológico no SciELO acerca da planta é construído por meio de discussões nos termos de saúde pública, sem

considerar as normativas legais que constituem um *cluster* relevante de interpretação nos estudos sociológicos internacionais no *Web of Science*.

A concentração dos estudos sobre cannabis na saúde pública coloca alguns limites na construção desse fenômeno sociológico. Um deles é a busca por etapas generalistas, tais como os níveis distal, intermediário, proximal e desfecho (Carvalho; Valente; Assis; Vasconcelos, 2005) que apresentamos anteriormente, os quais se constituem como de percurso geral e universal do uso da cannabis e de drogas correlatas. Essa busca por leis gerais que representam etapas de fenômenos sociais já foi amplamente discutida no ínterim da sociologia dos séculos XIX e XX, por uma apropriação positivista comtiana dos fenômenos sociais. Para responder a isso, pensadores clássicos, tais como Max Weber e Émile Durkheim, construíram projetos teóricos e metodológicos que, cada um à sua maneira, desconsideraram a universalidade de leis generalizantes dos fenômenos sociais.

Outro fator que merece destaque é a ausência de uma discussão substancial quanto ao arcabouço jurídico da questão das drogas (considerando este um tópico mais geral). Por um lado, a legislação brasileira, em constante disputa, reflete a indefinição legal e a ausência de segurança jurídica para a questão, apresentando múltiplos efeitos sociais. Alguns estudos (Jesus, 2018) já propuseram diálogos interdisciplinares da Sociologia do Direito e Antropologia do Direito, desvelando tópicos transversais, como a problematização do contexto jurídico e narrativo do tráfico de drogas. A indefinição jurídica, a qual, como vimos, ainda é pouco problematizada nos artigos científicos brasileiros, colabora para práticas oscilantes dos operadores do direito, relativizando a segurança jurídica deste tópico.

Contudo, com a primazia de estudos sociológicos na área da saúde pública, há limitação dos problemas mais amplos que poderiam ser abarcados. Ao não considerar a cannabis como um produto sociocultural, enraizado em uma legislação específica, interdita-se a construção de políticas públicas fora do âmbito da guerra às drogas na saúde pública. Ao não considerar sociologicamente a legislação sobre o tema, considera-se esta como natural ou naturalizada, perdendo os limites entre o legal e o ilegal, ou, ainda,

interditando o debate sociológico como apenas um problema de saúde, desconsiderando sua construção moral e social, dentro da própria legislação, como demonstram os estudos internacionais.

As tendências de se tratar da construção social da legislação da cannabis nos estudos internacionais demonstram um fator analítico recente. Com a possibilidade de incorporação do tema em uma agenda de pesquisa mais ampla, a partir de 2018, surge a necessidade de mobilização de outros métodos de pesquisa e desdobramentos interdisciplinares, os quais versam sobre o consumo da planta para além de uma problemática de saúde pública. As discussões sobre a cannabis, ao se restringirem predominantemente ao campo da saúde pública em artigos científicos, refletem as dinâmicas de poder e as lutas simbólicas específicas desse campo, moldando um debate através dos interesses, da autoridade científica e dos capitais específicos valorizados dentro desse campo (Bourdieu, 2004). As posições de determinados agentes — como pesquisadores, instituições e financiadores — influenciam quais aspectos sobre o uso da planta são destacados ou negligenciados, privilegiando abordagens que se alinham com as normativas e os paradigmas dominantes em saúde pública. Portanto, esse enfoque limita a compreensão do tema em sua complexidade ao não incorporar perspectivas de campos como o jurídico, social ou econômico, que poderiam contribuir para uma visão mais holística sobre o uso social da cannabis.

Ao explorar a ideia de uma Sociologia do Conhecimento sobre a cannabis no Brasil, percebemos sua existência mais pelas ausências em vários campos disciplinares do que por discussões diretas, exceto na saúde pública, onde sua abordagem segue regras definidas por autoridades dominantes. Há uma clara necessidade de um diálogo mais aprofundado sobre como a cannabis é vista sociologicamente e o seu uso social. Diferentes grupos a usam não só como uma droga, mas como um símbolo em suas lutas por reconhecimento, identidade e poder, desafiando normas e hierarquias em áreas como saúde, legalidade e cultura. O uso social dessa planta varia conforme o capital cultural e social dos grupos,

refletindo e contestando normas e hierarquias dentro de campos específicos, como saúde, legalidade e cultura, evidenciando a dinâmica entre práticas sociais e estruturas de poder.

## Considerações finais

A análise bibliométrica dos estudos sociológicos sobre a cannabis, abrangendo o período de 1989 a 2023, destaca a relevância deste tema nas discussões acadêmicas e públicas no Brasil. Este estudo identificou uma tendência dominante nas pesquisas brasileiras focadas em saúde pública, em contraste com a diversidade temática das investigações internacionais, que abrangem aspectos legais, socioculturais e terapêuticos da cannabis. A necessidade de expandir a Sociologia do Conhecimento sobre a cannabis no Brasil é evidente, sugerindo uma inclusão mais ampla das dimensões legais e sociais do uso da cannabis, para enriquecer o debate sobre sua legalização e os consequentes impactos na sociedade.

Por se tratar de um estudo realizado na fronteira do conhecimento, a importância de abordagens metodológicas, como a bibliometria, é evidente, a fim de explorar a complexidade das interações entre ciência, sociedade e direito. Por meio dessa metodologia, foi possível mapear as principais linhas de pesquisa, identificar lacunas e sugerir direções futuras para a investigação sociológica sobre a cannabis no Brasil. A inclusão de perspectivas jurídicas, culturais e econômicas pode proporcionar uma compreensão mais holística do fenômeno, alinhada às evidências científicas e às necessidades sociais contemporâneas.

No entanto, este estudo possui limitações, incluindo sua concentração em publicações indexadas e a potencial marginalização de trabalhos significativos publicados em outras plataformas ou idiomas. Além disso, a análise bibliométrica, apesar de poderosa, não captura a profundidade qualitativa de cada contribuição individual. Para futuras investigações, sugere-se a adoção de abordagens qualitativas complementares e a exploração de bases de dados mais diversificadas, para uma visão mais abrangente do que

chamamos aqui de Sociologia do Conhecimento sobre a cannabis. Esses passos subsequentes poderiam incluir a combinação de estudos etnográficos ou análises discursivas que abordem a percepção pública e as experiências individuais com a cannabis, contribuindo assim para um debate mais nuançado e fundamentado sobre sua regulamentação e seu uso na sociedade brasileira.

## Referências

ALMADA, Pablo Emanuel Romero; PEREIRA, Natasha Bachini. *Redes, Mídias Sociais e Discurso: Uma Análise Bibliométrica dos Estudos Brasileiros do Campo entre 2010-2021*. Mediações - Revista de Ciências Sociais, p. 1-22, 2022.

APOLINÁRIO, José Antônio Feitosa; MARCELINO, Ariel Sharon De Araújo Nogueira; NASCIMENTO, Thais Nunes Do; NASCIMENTO, Maciel Silva. *O uso medicinal de cannabis: tabus morais, conflitos éticos e legais*. Ciência ET Praxis, v. 15, n. 29, p. 58-72, 2022.

ARAÚJO, Maria Clara Rebel; VIEIRALVES-CASTRO, Ricardo. *O uso ritual das plantas de poder*. Horizontes Antropológicos, v. 13, p. 358-361, 2007.

BARBOSA, Luciana. *Usos Medicinais de Maconha no Brasil e no Chile: Mobilização Social e Produção de Conhecimento*. Mediações - Revista de Ciências Sociais, p. 1-16, 2022.

BARBOSA, Luciana. “*A cura começa no momento em que estou regando minhas sementes*”: os medicamentos artesanais à base de maconha produzidos por pacientes da Fundação Daya - Chile. Ilha Revista de Antropologia, v. 25, n. 1, p. 89-111, 2023.

BARROS, André; PERES, Marta. *Proibição da maconha no Brasil e suas raízes históricas escravocratas*. Periferia, v. 3, n. 2, 2011.

BASTOS, Marcellus. OLIVEIRA, Ualisson. *Análise de discurso e Análise de conteúdo: Um breve levantamento bibliométrico de suas aplicações nas ciências sociais aplicadas da Administração*. In: XII Simpósio de excelência em gestão e tecnologia, p. 1–15, 2018.

BOURDIEU, Pierre. *Usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

BRASIL. Lei N.º 6.368, de 21 de outubro de 1976. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6368.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.368%2C%20DE%2021%20DE%20OUTUBRO%20DE%201976.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20medidas%20de%20preven%C3%A7%C3%A3o,ps%C3%A3o,adqui%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A3o,Ancias](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6368.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.368%2C%20DE%2021%20DE%20OUTUBRO%20DE%201976.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20medidas%20de%20preven%C3%A7%C3%A3o,ps%C3%A3o,adqui%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A3o,Ancias)>. Acesso em: 01 fev. 2024.

BRASIL. Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998. Disponível em: <[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/1998/prt0344\\_12\\_05\\_1998\\_rep.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/1998/prt0344_12_05_1998_rep.html)>. Acesso em: 01 fev. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm)>. Acesso em: 01 fev. 2024.

BRASIL. Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N° 17, de 06 de Maio de 2015. Brasília: Anvisa, 2015. Disponível em: <[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2015/rdc0017\\_06\\_05\\_2015.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2015/rdc0017_06_05_2015.pdf)>. Acesso em 02 fev. 2024.

BRASIL. Instrução Normativa nº 32, de 12 de abril de 2019. Disponível em: <[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2019/int0032\\_12\\_04\\_2019.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2019/int0032_12_04_2019.pdf)>. Acesso em: 01 fev. 2024.

BRASIL. Resolução da Diretoria Colegiada – RDC N° 327, de 09 de dezembro de 2019. Brasília: Anvisa, 2019. Disponível em: <[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2019/rdc0327\\_09\\_12\\_2019.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2019/rdc0327_09_12_2019.pdf)>. Acesso em: 02 fev. 2024.

BRASIL. Resolução da Diretoria Colegiada – RDC N° 660, de 30 de março de 2022. Brasília: Anvisa, 2022. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-rdc-n-660-de-30-de-marco-de-2022-389908959>>. Acesso em: 02 fev. 2024.

BROWN, Angelo. *The Criminalization of the Cannabis Plant: Decolonizing the Harmful Enforcement*. Decolonization of Criminology and Justice, v. 4, n. 2, p. 59-68, 2022.

CAETANO, Hellen. *Segundo controvérsias em procedimentos regulatórios: o caso da cannabis no Brasil (2014–2019)*. Antropolítica, v. 55, n. 1, p. 1-27, 2023a.

CAETANO, Hellen. *Entre eficácia e riscos: controvérsias em torno da cannabis no Brasil*. Ilha Revista de Antropologia, v. 25, n. 1, p. 112-133, 2023b.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. PL 399/2015. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=947642#:~:text=PL%20399%2F2015&text=Altera%20o%20art.,Cannabis%20sativa%20em%20sua%20formula%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 01 fev. 2024.

CARLINI, Elisaldo Araújo. *A história da maconha no Brasil*. Jornal Brasileiro de Psiquiatria, v. 55, p. 314-317, 2006.

CARVALHO, Márcia Lazaro De; VALENTE, Joaquim Gonçalves; ASSIS, Simone Gonçalves De; VASCONCELOS, Ana Glória Godoi. *Modelo preditivo do uso de cocaína em prisões do Estado do Rio de Janeiro*. Revista de Saúde Pública, v. 39, n. 5, p. 824-831, 2005.

CODATO, Adriano; LORENCTTI, Mariana; BITTENCOURT, Maiane. *Disseram que eu voltei americanizada: a história temática da Revista de Sociologia e Política*. Revista de Sociologia e Política, v. 28, p. e007, 2021.

DIAS, Paola Souza; PALATA, Fernanda Gomes; VECCHIA, Marcelo Dalla. *Representações sociais sobre uso de cannabis entre jovens: estudo comparativo.* Estudos Interdisciplinares em Psicologia, v. 11, n. 3, p. 174-195, 2020.

DONTHU, Naveen; KUMAR, Satish; MUKHERJEE, Debmalya; PANDEY, Nitesh; LIM, Weng Marc. *How to conduct a bibliometric analysis: An overview and guidelines.* Journal of Business Research, n. 133, p. 1–10, 2021. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2021.04.070>.

GREGORIO, Luiz Elidio; MASCARENHAS, Nadine Gonçalves. *O uso medicinal da Cannabis sativa L.: regulamentação, desafios e perspectivas no Brasil.* Concilium, v. 22, n. 3, p. 191-212, 2022.

GOODWIN, Renee D. et al. *Trends in cannabis use among adults with children in the home in the United States, 2004–2017: impact of state-level legalization for recreational and medical use.* Addiction, v. 116, n. 10, p. 2770-2778, 2021.

HASIN, Deborah S. et al. *US Adult Illicit Cannabis Use, Cannabis Use Disorder, and Medical Marijuana Laws: 1991-1992 to 2012-2013.* JAMA psychiatry, v. 74, n. 6, p. 579-588, 2017.

IEDA, Carolina. *Informação ou rivalidade? Sobre o uso de pesquisas científicas em discussões sobre a maconha e o thc no Facebook.* POLÊM!CA. v. 18, n. 60, 2019.

JARDIM, Maria Chaves; VASQUES, Lucas. *A 'boa combinação' entre Gênero e Sociologia Econômica: Uma (re)leitura dos mercados inspirada em Viviana Zelizer.* Novos Olhares Sociais, v. 2, p. 122-149, 2019.

JESUS, Maria Gorete Marques de. *A verdade jurídica nos processos de tráfico de drogas.* Belo Horizonte: D'Plácido, 2018.

KUCKARTZ, Udo; RÄDIKER, Stefan. *Analyzing qualitative data with MAXQDA.* Cham: Springer International Publishing, 2019.

LABATE, Beatriz Caiuby; GOULART, Sandra Lucia. *O uso ritual das plantas de poder.* Campinas: Mercado das Letras: Fapesp, 2005.

MELO, Patrícia Cruz Furtado de; CARDOSO, Luciana Roberta Donola; MALBERGIER, André. *Percepção dos profissionais de saúde mental sobre maconha.* Jornal Brasileiro de Psiquiatria, v. 67, p. 247-254, 2018.

MUKENDI, Joel et al. *Inovação Social nas Ciências Sociais: Uma Análise Bibliométrica de 2007 a 2017.* In: XVII Mostra de Iniciação Científica – Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, Universidade de Caxias do Sul, p. 1-10, 2017.

POLICARPO, Frederico; MARTINS, Luana. *'Dignidade','doença'e'remédio': uma análise da construção médico-jurídica da maconha medicinal.* Antropolítica, n. 47, p. 143-166, 2019. <https://doi.org/10.22409/antropolitica2019.0i47.a42013>.

REZENDE, Daniela Leandro; FRAGA, Paulo; SOL, Aruna. *Audiências públicas sobre*

*maconha/cannabis na Câmara dos Deputados brasileira, 1997-2020.* Opinião Pública, v. 28, p. 425-461, 2022.

RODRIGUES, Ana Paula Lopes da Silva; LOPES, Ivonete da Silva; MOURÃO, Victor Luiz Alves. “Eficácia, segurança e qualidade”: parâmetros discursivos nas audiências públicas da Anvisa sobre regulamentação e pesquisas com cannabis para fins medicinais. *Teoria e Cultura, Juiz de Fora*, v. 15, n. 2, p. 75–95, 2020

SALMI, Frederico; FLEURY, Lorena Cândido. *Mudanças Climáticas e Ciências Sociais: análise bibliométrica do campo (2011-2021)*. BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, v. 1, n. 97, p. 1-19, 2022.

SANTOS, Gildenir Carolino. *O papel da indexação como fator principal na visibilidade dos periódicos científicos*. Abec Meeting, p. 25-31, 2017.

SANTOS, Rafael Follmann dos; ROSAS, Celbo Antonio da Fonseca. *Geografia e cannabis: disputas territoriais no Brasil*. *Revista Campo-Território*, v. 16, n. 43 Dez., p. 48-72, 2021.

SMART, Rosanna; PACULA, Rosalie Liccardo. *Early evidence of the impact of cannabis legalization on cannabis use, cannabis use disorder, and the use of other substances: Findings from state policy evaluations*. *The American Journal of Drug and Alcohol Abuse*, v. 45, n. 6, p. 644-663, 2019.

SOUSA, Yuri Sá Oliveira; SANTOS, Maria De Fátima De Souza; ALÉSSIO, Renata Lira Dos Santos. *Maconha e Representações Sociais em Matérias de Jornal*. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 34, p. e34420, 2018.

SOUZA, Aknaton Toczek; MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de. *O evolucionismo na proibição da maconha*. *Geographia Opportuno Tempore*, v. 4, n. 1, p. 133-148, 2018.

SOUZA, Marli Aparecida Rocha de; WALL, Marilene Loewen; THULER, Andrea Cristina de Moraes Chaves; LOWEN, Ingrid Margareth Voth; PERES, Aida Maris. *The use of IRAMUTEQ software for data analysis in qualitative research*. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 52, p. e03353, 2018.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF. *Recurso Extraordinário nº 635659*. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4034145>. Acesso em: 01 fev. 2024.

VANJURA, Matheus de Oliveira; FERNANDES, Dione Rodrigues; PONTES, Leandro Fantin de; SANTOS, Jessica Castro dos; TERRA JÚNIOR, André Tomaz. *Drogas de abuso: maconha e suas consequências*. *Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente*, v. 9, n. edesp, p. 565-569, 2018.

VASQUES, Lucas Flôres; SOUZA, Thaís Caetano. *Possibilidades teóricas e metodológicas para interpretação do gosto e do consumo no mercado de plantas ornamentais*. *Rev. Sem Aspas, Araraquara*, v. 12, n. 00, e023012, 2023.

WALLIN, Johan A. *Bibliometric Methods: Pitfalls and Possibilities*. Basic & Clinical

Almada; Vasques; Lima; Carvalho

Pharmacology & Toxicology, v. 97, n. 5, p. 261-275, 2005.

Recebido em 17 de maio de 2024.

Aceito em 20 de junho de 2025.